

RÚSSIA

JEFFREY MANKOFF, RUSSIAN FOREIGN POLICY: THE RETURN OF GREAT POWER POLITICS

Lanham, Rowman & Littlefield, 2009, 341 pp.

O livro envolve-nos na Rússia de Dimitri Medvedev cujas narrativas sobre a natureza e identidade do Estado russo revelam a tensão premente entre a necessidade de integrar a Rússia enquanto economia moderna nas dinâmicas globais e a tradição de longa data de reclamar influência global com base na sua capacidade efectiva de projecção de poder. A primeira frase da introdução é ilustrativa: «Enquanto a atenção mundial estava focada na abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim em inícios de Agosto, os tanques russos atravessavam a fronteira e entravam na província separatista georgiana da Ossétia do Sul» (p. 1). Está dado o mote para a análise que se segue, e que toma a Guerra da Geórgia como ponto de partida para a análise do ressurgimento da Rússia com poder e autonomia no sistema internacional. O estudo parte de considerações domésticas para a análise da política externa russa, adicionando às questões de poder relativo

a questão da identidade e a forma como esta molda a projecção de poder – ora enquanto potência revisionista ou satisfeita, ora enquanto Estado ou império. O argumento central é o de que a política externa assertiva e auto-interessada dos anos Putin-Medvedev remete para um processo iniciado há mais de uma década com Boris Ieltsin no poder, e que, actualmente, beneficia dos anos de crescimento da presidência de Vladimir Putin. Mas se com Putin as lutas pelo poder tinham mais a ver com acesso e controlo de recursos do que com ideologia, Mankoff argumenta que com Medvedev as diferenças ideológicas no seio das elites russas estão a ressurgir, como testemunhado com a questão da Geórgia, do Verão de 2008. Esta postura, de assertividade assumida na política externa, é resultado não tanto de uma alteração de objectivos, mas mais de uma mudança nas circunstâncias, e afecta, de acordo com o autor, as relações com a vizinhança (espaço pós-soviético), de forma particular, bem como com o Ocidente (Estados Unidos e Europa), e países próximos, como a Turquia, o Irão e a China. Assente nestes pressupostos, o livro percorre os contornos da política

externa russa, incluindo as dinâmicas inerentes ao processo de desenho e decisão em política externa, e os reflexos destas no espaço CEI, na política eurasianista e no ocidentalismo liberal, com o entendimento de que cooperação pragmática nestes diferentes vectores é essencial, com ênfase num posicionamento dominante da Rússia no espaço CEI. O livro prossegue com a análise das relações da Federação Russa nestes diferentes alinhamentos e conclui com um regresso ao passado e às políticas do passado onde se encontra o enraizamento ideológico dos fundamentos da política externa da Grande Rússia. Mankoff conclui que serão os russos a determinar o tipo de país que será a Rússia neste século XXI e como esta interagirá com o resto do mundo. Um trabalho de análise sério cuja leitura é sem dúvida recomendada.

**CHRISTIAN THORUN, EXPLAINING
CHANGE IN RUSSIAN FOREIGN POLICY:
THE ROLE OF IDEAS IN POST-SOVIET
RUSSIA'S CONDUCT TOWARDS
THE WEST**

Basingstoke, Palgrave MacMillan in association with
St. Antony's College, 2009, 197 pp.

Christian Thorun procura trazer uma abordagem inovadora ao estudo da política externa russa ao combinar diferentes perspectivas teóricas no sentido de uma maior capacidade explicativa. O livro analisa as mudanças na política externa russa para com o Ocidente desde o final da Guerra Fria até 2007, procurando explicar a mudança e entender de que modo esta é reflexo da capacidade de liderança russa na adaptação das políticas às altera-

ções na distribuição de poder a nível internacional. Na análise são combinados enquanto variáveis explicativas os constrangimentos externos, factores ideacionais e as políticas domésticas, procurando entender de que forma se reflectem no desenho da política externa no tempo e em diferentes áreas de actuação. Adoptando um quadro teórico de relações internacionais, o autor combina uma leitura realista com a perspectiva social construtivista, focando a análise da acção e do discurso. A primeira, acção de política externa, expressa em tratados, acordos, comportamento eleitoral em organismos internacionais e outras formas de actividade diplomática; e o segundo, retórica política presente em discursos e actos oficiais que permitam compreender o posicionamento da Rússia em processos negociais. O modelo de análise teórico, combinando uma perspectiva realista com elementos construtivistas, é confrontado em três estudos de caso, nomeadamente a abordagem russa face às políticas da Aliança Atlântica, as respostas russas às crises dos Balcãs, e a postura de Moscovo face aos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001. Estes pretendem demonstrar a combinação das variáveis em análise, em leituras de maior ou menor cooperação da Rússia para com o Ocidente, permitindo a análise dos fundamentos da mudança na orientação da política externa russa no quadro de relações com o Ocidente. O estudo conclui quanto à relevância de constrangimentos externos, e normas e valores internos, que combinados ajudam a perceber as mudanças de política externa na Rússia pós-soviética para com o Oci-

dente, com enfoque em questões securitárias. Uma leitura interessante do cruzamento de dinâmicas internas e externas na leitura da política externa, com uma base teórica de relações internacionais.

EMMA GILLIGAN, TERROR IN CHECHNYA: RUSSIA AND THE TRAGEDY OF CIVILIANS IN WAR

Princeton, Princeton University Press, 2010, 263 pp.

Emma Gilligan escreve sobre as violações de direitos fundamentais na Tchetchénia num trabalho bem documentado. Conhecedora da bibliografia existente sobre o tema, refere autores como Lieven, Nivat, Politkovskaia e Evangelista, entre outros, argumentando que o seu contributo para a análise das questões de direitos humanos na república tchetchena adiciona às análises a questão do racismo. Segundo Gilligan, os abusos perpetrados na pequena república excederam as consequências devastadoras de qualquer guerra civil. Deste modo, o enfoque centra-se nas políticas restritivas russas em matéria de direitos humanos, apesar do compromisso público das autoridades de Moscovo de respeito para com estes mesmos direitos, com a Tchetchénia a constituir um exemplo claro da violação dos compromissos internacionais assumidos pela Federação Russa. A análise das violações, em particular ao longo da segunda guerra da Tchetchénia, é feita através de uma abordagem multinível que inclui os abusos locais, as condições nacionais na Rússia que os permitiram, e o contexto internacional em que estes foram perpetrados, em particular a luta contra o terrorismo transnacional.

Gilligan argumenta que a «tragédia tchetchena» não é apenas resultado de uma guerra civil, mas que a crueldade que acompanhou os eventos revela um factor explanatório adicional, o racismo. Este é visível, segundo a autora, na punição colectiva subjacente às acções russas, bem como no tipo de linguagem usada pelas autoridades de Moscovo, incluindo termos como «negros», «bandidos», «terroristas», como parte de um processo de manipulação identitária com o discurso a inserir-se nas acções no âmbito da luta global contra o terrorismo, e com o carácter de excepcionalidade que lhe é inculcada, a diminuir as vozes críticas face às violações persistentes. Deste modo, Gilligan argumenta que o terrorismo internacional foi a ideologia escolhida por Vladimir Putin, visível no discurso crescentemente nacionalista e na revitalização da agenda de controlo centralizado, sendo os tchetchenos vítimas deste projecto nacionalista, com contornos racistas. Neste quadro, o livro percorre as violações de direitos humanos na segunda guerra da Tchetchénia, o modo como as acções violentas foram refinadas com o avanço do tempo, concentrando-se em seguida nos desaparecimentos, lidos como uma das formas mais eficazes de eliminação do inimigo, nos refugiados e deslocados, e nas acções de retaliação da parte dos tchetchenos. Prossegue depois com as respostas da sociedade civil russa à questão, a sua avaliação em *fora* internacionais, e termina com o julgamento de alguns casos no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Um livro de leitura difícil dada a delicadeza, complexidade e brutalidade das questões narradas, com linhas em primeira

voz, que vem complementar a bibliografia existente sobre esta temática, numa perspectiva de leitura diferenciada das motivações russas para as acções repressivas levadas a cabo na pequena república do Cáucaso do Norte entre 1999 e 2005.

ELANA WILSON ROWE E STINA TORJESEN (ORG.), THE MULTILATERAL DIMENSION IN RUSSIAN FOREIGN POLICY

Londres, Routledge, 2009, 222 pp.

Este trabalho colectivo dirigido por Elana Wilson Rowe e Stina Torjesen analisa o multilateralismo nas políticas russas, com particular ênfase na presidência de Putin (2000-2008). Multilateralismo é entendido neste trabalho como as instituições e áreas temáticas que envolvem múltiplos países (três ou mais) que trabalham de forma concertada e numa base sustentável. As coordenadoras do trabalho distinguem ainda multilateralismo de integração, chamando a atenção para o facto de a Rússia promover na sua área de influência integração regional económica e política, mas não significando vontade de prosseguir políticas integracionistas, tratando-se por isso de processos de integração essencialmente informais. A Rússia entende o multilateralismo como um valor e um instrumento, e o seu envolvimento é moldado por interesses específicos a nível político, económico e de segurança. Além do mais, a primazia da soberania do Estado e das fronteiras reforça o carácter informal dos processos de integração, onde a supranacionalidade não é pretendida. No entanto, é chamada a atenção para o facto de este

requisito, tão caro à Federação Russa, não ser aplicável a algumas áreas do espaço pós-soviético, nomeadamente os designados «conflitos gelados», como a Transnístria ou o Nagorno-Karabakh. O trabalho está ainda informado por uma base teórica de relações internacionais, focalizada no debate entre o realismo, enquanto entendendo o multilateralismo como limitado à coordenação e negociação interestatal; e o institucionalismo neoliberal, enquanto espaço para estratégias de colaboração mútua com benefícios para além dos interesses imediatos dos estados individuais. O livro conta com a contribuição de autores reconhecidos na área, como Robert Levgold, Andrei Zagorski, Pavel Baev ou Margot Light, entre outros. Trata-se de um estudo amplo do multilateralismo na política externa russa, relativamente à forma como este é equacionado e operacionalizado, em termos de áreas específicas, incluindo relações económicas, políticas e questões securitárias, bem como em quadros internacionais diferenciados, quer no espaço da Comunidade de Estados Independentes, quer para além deste, como a União Europeia, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e a Organização de Cooperação de Xangai. As principais conclusões do trabalho apontam para o desejo da Rússia de estar presente nestes *fora* multilaterais, entendendo-os como uma forma de projecção do seu estatuto de grande potência; para o facto de Moscovo manter expectativas de recompensa pelo seu envolvimento nestes *fora*; para a preferência que a Rússia mantém pelas relações bilaterais em detrimento do multilatera-

lismo, uma tendência já de longa data; para a pouca capacidade de influência de Moscovo na definição da agenda; para a resposta negativa a exigências normativas e parca margem para aceitar críticas sobre as políticas domésticas russas; para a tendência russa de trabalhar nestes *fora* multilaterais assuntos seleccionados e que não envolvam questões delicadas; e, finalmente, para o facto de a Rússia desenvolver esfor-

ços no sentido de evitar multilateralismo não russo no espaço pós-soviético, e consequentemente poder ver a sua influência de algum modo mais limitada. Pela sua latitude e contributos de grande qualidade, esta constitui uma obra de referência na análise de uma questão pouco trabalhada na bibliografia existente.

■ MARIA RAQUEL FREIRE

POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

CHARLES KUPCHAN, *HOW ENEMIES BECAME FRIENDS: THE SOURCES OF STABLE PEACE*

Princeton, Princeton University Press, 2010, 442 pp.

E se a teoria da paz democrática e a da interdependência económica estivessem erradas?

E se os cientistas políticos persistissem nestes dois conceitos sem os questionarem, não ficariam condicionados nas suas recomendações relativas à construção de uma ordem internacional estável? Não poderiam perder de vista outras soluções, que seriam, na prática, uma via mais eficaz para um sistema internacional mais pacífico?

Charles Kupchan (Universidade de Georgetown) diz que sim. Afirma que existe um modelo alternativo que propicia a paz entre os estados e pouco ou nada deve ao tipo de regime ou às trocas comerciais. São as «zonas de paz estável», constituídas por

«grupos de estados entre os quais a guerra foi eliminada como ferramenta legítima de política externa» (pp. 2 e 32). Ao longo da história, grupos de estados têm «escapado à competição geopolítica» através de acordos diplomáticos em que os princípios acima referidos, tão em voga durante a Guerra Fria e as décadas subsequentes, não foram nem incentivo nem entrave à construção de uma paz duradoura.

As «zonas de paz estável» não são mais do que variantes de comunidades de segurança. Kupchan faz uma revisão da literatura da «paz estável» e das «transições de poder» acrescentando três pormenores interessantes: i) uma análise das diversas fases de integração – a acomodação unilateral, a contenção mútua, a integração social e a geração de narrativa (p. 35); ii) uma classificação das zonas de paz estável consoante o grau de integração – reaproximação, comunidade de segurança e união (p. 9); e o desenvolvimento do conceito de

trust nas relações internacionais (p. 49). Se há inovação neste argumento é a substituição da componente da paz democrática/economia de mercado pela lógica da socialização dos estados, inspirada na teoria construtivista. Desta perspectiva, o que passa a contar é a forma como as elites se aproximam, as narrativas que vão adotando para promover as boas relações entre novos parceiros e a maneira como as sociedades se percebem umas às outras. Neste sentido, a componente cultural (o entendimento entre as sociedades dos estados), ganha uma importância primordial.

Mais uma vez, Kupchan revela preferir Rawls – e a Lei dos Povos – a Kant – e a Paz Perpétua – assinalando, com algum mérito, que existe margem para mudança nas relações internacionais se as democracias não forem tão peremptórias na sua desconfiança com regimes não liberais. Se escolherem um caminho mais condescendente, poderão viver em paz com «povos decentes». É tudo uma questão de escolha do tipo de ordem internacional que deve ser privilegiada no século XXI: comunidades de democracias e/ou autocracias? Ou comunidades de confiança?

THOMAS F. MADDEN, EMPIRES OF TRUST – HOW ROME BUILT – AND AMERICA IS BUILDING – A NEW WORLD ORDER

Nova York, A Plume Books, 2009, 352 pp.

Empires of Trust, publicado há cerca de um ano, chega aos leitores num momento ambíguo. Quando os analistas de política internacional se questionam se os Estados Unidos não terão entrado em

retraimento estratégico e se a crise económica internacional não terá precipitado uma mudança na distribuição relativa de poder, chega-nos uma apologia optimista do exercício do poder americano e da forma invulgar e benéfica como os Estados Unidos têm usado o poder desde que assumiram o papel de grande potência global.

Thomas Madden é professor de História Pré-Moderna na Universidade de Saint Louis. O seu *background* permite-lhe, pois, fazer uma análise comparativa entre a República Romana na sua fase ascendente e os Estados Unidos da América de hoje. E o diagnóstico é que, entre ambos, existem diversas semelhanças, que permitem afirmar que fazem parte de um grupo restrito de *impérios de confiança*. Sim, Madden usa, sem preconceitos, a palavra proibida – império – para descrever os Estados Unidos. Mas na história, e na perspectiva do autor, «império» significa, sobretudo, agente de paz e estabilidade. Neste caso, trata-se de uma comparação entre as versões antiga e moderna do *empire by invitation*. Esta comparação identifica um modelo relacionando semelhanças na cultura, na auto-imagem e no carácter nacional.

Neste contexto, Roma e Washington partilham uma mesma abordagem dos assuntos internacionais: em linguagem corrente, poderia afirmar-se que ambos têm uma perspectiva *lockiana* da natureza humana e uma visão *wilsoniana* das relações entre os estados. Ou seja: a guerra seria sempre o último recurso para a resolução dos problemas – porque o Homem é um ser benigno e os conflitos podem resolver-se através do diálogo (p. 70); a liberdade é a condição natural do Homem, por isso, não

existe lugar para o domínio (p. 64); nenhum Estado devia deter o poder absoluto (p. 36); e de cada vez que fosse preciso recorrer à guerra, uma das prioridades deveria ser transformar o inimigo num aliado (pp. 14-15). Resultado: de aliado em aliado – relativamente ao qual a superpotência assinava obrigações de protecção alargando a sua comunidade de segurança – foi-se construindo um império de confiança, em que subordinantes e subordinados aceitavam obrigações mútuas e contribuía para um sistema mais seguro.

Moral da história: *Empires of Trust* é um livro interessante e as comparações plausíveis, ainda demasiado optimista nos tempos que correm. O 11 de Setembro, a Guerra do Iraque e as mudanças estratégicas de Barack Obama têm vindo a distanciar a América deste modelo. Mas há uma lição mais profunda: para apreender o presente, a história recente não chega. A América é herdeira dos debates dos Pais Fundadores, da Guerra Civil vencida por Lincoln e das querelas entre Theodore Roosevelt e Woodrow Wilson. Foi construída – pelo menos em parte – nos mesmos conceitos que a Roma antiga. Ignorá-lo é simplificar um assunto que merece ser tratado com maior complexidade.

STEPHEN G. BROOKS E WILLIAM C. WOHLFORTH, A WORLD OUT OF BALANCE – INTERNATIONAL RELATIONS AND THE CHALLENGE OF AMERICAN PRIMACY

Princeton, Princeton University Press, 2009, 226 pp.

O início dos anos 1990 deixou a academia americana a deitar contas à vida, especialmente os teóricos realistas

estruturalistas, que colocavam na base das suas teses a certeza de que o sistema havia de estar sempre em equilíbrio, o que tornava virtualmente impossível uma arquitectura internacional unipolar. Sem respostas para a hegemonia americana, convencionou-se que a unipolaridade era apenas um momento, uma ligeira anomalia que rapidamente seria ajustada pela implacabilidade das regras do mundo anárquico. Nada disso aconteceu, mas já há quem respire de alívio: a emergência da China e da Índia garante um regresso à normalidade teórica, e os vinte anos que precederam a Guerra Fria podem ficar enterrados, como se nada tivesse acontecido.

Há um senão. Alguns autores continuam a afirmar que a unipolaridade, apesar de não ser infinita, é persistente. Esta é a opinião de Stephen Brooks e William Wohlforth (professores na Universidade de Dartmouth) que uniram esforços num argumento original, desdobrado em três partes. Em primeiro lugar, o sistema internacional ainda está longe de se tornar multipolar (p. 16); em segundo, o sistema unipolar também tem os seus constrangimentos (p. 11); e, em terceiro, o desafio americano consiste em adaptar-se a estes novos constrangimentos e oportunidades, de modo a manter a sua posição hegemónica, a garantir uma convivência pacífica entre estados e uma neutralização mais eficaz de novas ameaças (p. 9).

Porque, segundo os autores, os constrangimentos de hoje não são sistémicos, são provenientes dos perigos – proliferação de armas nucleares, insurgência, terrorismo e dependência energética – e da resposta

da superpotência a estes mesmos riscos – a sobreextensão do poder. As políticas da Administração Bush não falharam devido ao uso negligente do poder norte-americano, mas devido à abordagem tradicional – errada – destes perigos inconventionais (p. 213).

Em consequência, a resposta terá que residir em toda uma mudança na abordagem da política externa norte-americana, rumo a um «activismo sistémico». A potência hegemónica terá que reorganizar a ordem internacional no respeitante a instituições, valores e globalização económica. Uma solução possível, adiantam os autores, é recorrer às recomendações do Princeton Project of National Security, criando um sistema de organizações internacionais que acomode um concerto de democracias – já que a reforma das Nações Unidas se afigura demasiado morosa e o sistema continua a exigir medidas imediatas. É preciso criar uma nova forma de legitimidade. A partir daí, constituir-se-ão as táticas para fazer face aos novos desafios.

DAVID P. CALLEO, FOLLIES OF POWER – AMERICA'S UNIPOLAR FANTASY

Cambridge, Cambridge University Press, 2009, 188 pp.

O título do mais recente livro de David Calleo (Universidade de Johns Hopkins) é muito elucidativo da perspectiva do autor relativamente à política externa norte-americana. Concretizando, a ideia de que os Estados Unidos são um centro de poder incontornável apoderou-se da identidade americana, e as elites têm cometido erros hubrísticos – atenuados

na sequência do Vietname e reavivados pela derrota do Império Soviético (p. 5). Poder-se-ia argumentar que o pior veio com Bush e o seu exacerbado «nacionalismo hegeliano», mas Calleo não acredita em grandes mudanças na era Obama. Os membros da Administração de hoje não são muito diferentes dos da anterior, e a política externa de um Estado tende a ser conservadora. A menos – e esta é a proposta do autor, que assim se junta ao debate sobre a nova ordem internacional – que a Casa Branca transforme a sua visão do mundo.

Para isso, é preciso procurar na história verdadeiros modelos de paz internacional. Esta é, aliás, a originalidade do livro de Calleo (que gasta demasiadas páginas em lugares comuns antiamericanos que não trazem nada de novo). Segundo a teoria do Estado, existem dois modelos do Estado-Nação. O modelo hobbesiano, onde a ordem depende do Leviatã e da sua força (p. 127) e o modelo constitucional, em que a ordem depende do consentimento dos governados (p. 130). A história do século XX pôs ambos os modelos à prova e levou, diz o autor, a duas conclusões: o modelo hobbesiano (identificado com um certo autoritarismo) é ilegítimo, mas o modelo constitucional (legítimo) só se desenvolve e se mantém num ambiente internacional propício (p. 135).

Na óptica de Calleo, houve duas tentativas simultâneas de construir este ambiente internacional pacífico, favorável a uma ordem internacional institucionalizada. Uma partiu dos liberais americanos, que criaram um sistema externo hobbesiano para poderem permanecer lockianos inter-

namente. Outra veio do projecto constitucionalista europeu, que se consubstancia na transferência para o sistema internacional das regras de legitimidade do Estado-Nação. Assim se criou e expandiu, com sucesso, a União Europeia. Para Calleo a Pax Americana está esgotada e abrem-se possibilidades para a Pax Europeia (p. 136); a hegemonia tem de ser subs-

tituída pela integração regional (p. 158). O que falta neste livro é o *como*. O autor reconhece que a integração europeia se desenvolveu devido à providência de segurança do Leviatã americano. E não encontra uma verdadeira fórmula para a substituir.

■ DIANA SOLLER

HISTÓRIA E POLÍTICA EXTERNA

LUÍS MACHADO BARROSO, SALAZAR E IAN SMITH. O APOIO DE PORTUGAL À RODÉSIA (1964-1968)

Lisboa, Instituto Diplomático, 2009, 191 pp.

As relações entre Portugal e a Rodésia, no período que vai de 1964 a 1968, foram marcadas pelo apoio político e diplomático de Lisboa ao Governo de Ian Smith. Na perspectiva portuguesa, a sobrevivência do regime de minoria branca rodésiano era fundamental para assegurar um equilíbrio de forças favorável em Angola e em Moçambique. Contrariando as pressões internacionais lideradas pela aliada Inglaterra, o Governo português não só recusou sancionar a Rodésia, como actuou de modo determinante para a viabilização da sua independência unilateral.

Nos últimos anos, a historiografia portuguesa atribuiu atenção ao estudo do posicionamento de outros países face à

questão colonial. O trabalho de Luís Barroso constitui uma mais-valia ao incorporar a esta análise a relação entre Lisboa e Salisbúria, revelando como o vínculo bilateral assumiu importância geoestratégica para os dois países. Em primeiro lugar, o autor demonstra que, para além de ambicionar o reconhecimento e o apoio externo, a diplomacia portuguesa também conseguia influenciar o sistema internacional, alterando os equilíbrios regionais. Em segundo, Luís Barroso relativiza o isolamento de Portugal, reforçando a perspectiva avançada por outros autores de que ocorreu um redimensionamento das alianças internacionais do país, que se deslocaram do eixo anglo-saxónico para a Europa – França e Alemanha – e para a África – em especial com os regimes de minoria branca, como a Rodésia. Em terceiro, apesar de dispor de meios limitados para apoiar o Governo de Ian Smith contra o embargo internacional que lhe era

imposto, Portugal potencializou a capacidade de influência que a geografia oferecia ao facultar à Rodésia o acesso ao Índico. Esta decisão, que poderia resultar no aumento da hostilidade internacional contra Portugal, é elucidativa de como a manutenção do império colonial na África constituía o centro de gravidade da política externa nacional. A independência do Malawi e da Zâmbia era percebida em Lisboa como uma ameaça à luta contra-subversiva desenvolvida em Angola e Moçambique e por isso importava auxiliar a sobrevivência do Governo de Salisbúria. O estudo da relação luso-rodésiana concorre para a compreensão de como Portugal pôde resistir a treze anos de guerra colonial e chama a atenção para a importância da diplomacia na manutenção da presença portuguesa na África. A obra em análise tem o mérito de revelar o quão importante foi o apoio de Salazar para a sobrevivência do Governo de Ian Smith e o papel central que o *hinterland* rodésiano assumiu na defesa dos interesses portugueses na África Austral.

CARLOS FICO, O GRANDE IRMÃO. DA OPERAÇÃO BROTHER SAM AOS ANOS DE CHUMBO. O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS E A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, 334 pp.

Carlos Fico tem desenvolvido um sólido trabalho de investigação sobre a ditadura brasileira (1964-1985), contribuindo de modo significativo para colmatar a lacuna existente na historiografia sobre o período. A obra em questão centra-se nas relações entre os Estados Unidos e o

Brasil no período que vai de 1964 a 1973, analisando as cumplicidades e dissensões entre a Administração norte-americana e o regime militar brasileiro.

Um dos grandes méritos do livro é demonstrar como o apoio de Washington a Brasília foi marcado por momentos de hesitação, sobretudo à medida que cresciam as críticas internacionais às arbitrariedades da ditadura e que diminuía a importância relativa do Brasil no contexto da Guerra Fria. Apesar de apoiar os militares insurrectos, antes e após o derrube do governo constitucional, os Estados Unidos mantiveram alguma equidistância em relação ao curso dos acontecimentos. Para parte das elites brasileiras, que desde a II Guerra Mundial aspiravam por uma relação privilegiada com os Estados Unidos, a posição ambígua de Washington foi decepcionante e concorreu para reforçar o nacionalismo antiamericano. O progressivo arrefecimento das relações bilaterais não decorreu apenas da implementação de uma política externa autonomista por Brasília, mas da conjuntura internacional que levou ao redimensionamento dos interesses norte-americanos no subcontinente.

O envolvimento dos Estados Unidos no golpe de Estado brasileiro é elucidativo do empenho norte-americano em manter a América Latina sob a sua órbita de influência e explica, em parte, a sua participação nas várias conspirações de direita que ocorreram no subcontinente nos anos seguintes. Apesar do apoio de Washington ter sido relevante para o eclipsar da democracia brasileira, Carlos Fico elucida que sem o consentimento e o empenho de segmentos civis e militares nacionais

a acção norte-americana teria ficado muito aquém do pretendido. Esta análise demonstra não só o grau de complexidade na relação entre os intervenientes dos dois países, como mitiga as responsabilidades externas no estabelecimento do regime de excepção no Brasil.

Dos poucos reparos ao livro, entendemos que teria sido oportuno contrapor a documentação norte-americana à brasileira e recorrer a um corpo documental diversificado, com o propósito de apreender as diferentes sensibilidades existentes em Washington e introduzir uma dimensão comparativa que talvez proporcionasse uma interpretação ainda mais complexa do objecto. Apesar disso, é inquestionável a importância do trabalho de Carlos Fico para a compreensão não só das relações entre Brasília e Washington – revelando as suas contradições e assimetrias – como das respectivas políticas externas. O autor oferece uma análise fina das aspirações brasileiras em ver reconhecido, por Washington, o seu estatuto internacional. Por sua vez, o Brasil tinha uma importância relativa na agenda diplomática norte-americana, que diminuiu à medida que a América Latina deixava de ser uma prioridade para a manutenção do frágil equilíbrio bipolar.

**ESTEVÃO C. DE REZENDE MARTINS
E MIRIAM GOMES SARAIVA (ORG.),
BRASIL – UNIÃO EUROPEIA – AMÉRICA
DO SUL (ANOS 2010-2020)**

Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer,
2009, 267 pp.

A parceria estratégica celebrada entre a União Europeia (UE) e o Brasil, durante a Cimeira de Lisboa (2007), con-

sistiu num sinal de reconhecimento da actuação da diplomacia brasileira, nomeadamente no que diz respeito à promoção da estabilidade e do diálogo regional. Neste contexto, a parceria estratégica assume um significado mais profundo se considerarmos que as relações entre a UE e o Mercosul se encontram num impasse desde 2004 e que o Brasil tem consolidado a sua liderança no subcontinente.

Em boa hora a Fundação Konrad Adenauer, em parceria com as universidades de Brasília e do estado do Rio de Janeiro, acolheu a publicação da obra em análise que reúne uma série de contributos produzidos para o colóquio internacional «Brasil – União Europeia – América do Sul (Anos 2010-2020)». O objectivo do livro é reflectir sobre a natureza e potencialidades desta relação triangular, procurando estabelecer uma plataforma de debate que atenda aos desafios que se colocam.

O livro está dividido em três partes. A primeira diz respeito à actuação do Brasil enquanto membro do Mercosul e parceiro da UE, e reflecte sobre a tensão inerente desta relação. Até que ponto pode evoluir a parceria estratégica entre um Estado e uma organização multilateral? Em que medida é viável a parceria bilateral entre países membros de blocos regionais? Quais têm sido os elementos de continuidade e de mudança do Brasil face à UE e ao Mercosul? A segunda parte centra-se nas rivalidades e convergências que podem surgir nesta relação atlântica. São analisados: o relacionamento da UE com a Rússia e com os Estados Unidos – nos marcos da NATO; as potencialidades e condicionamentos da liderança regional brasileira;

o estado da cooperação interparlamentar e os problemas de representatividade existentes nos dois blocos. A terceira parte versa sobre questões conceptuais do Estado – tanto no que diz respeito ao seu funcionamento orgânico, quanto ao seu comportamento externo – considerando as condicionantes constitucionais nos processos de integração regional.

No momento em que o relacionamento entre a UE e o Mercosul apresenta um baixo perfil, a parceria estratégica com o Brasil é vista como um elemento catalisador dos vínculos entre os dois blocos regionais. Menos evidente é como compatibilizar a relação bilateral com a inter-regional e avaliar até que ponto ela será capaz de desbloquear e fortalecer o diálogo entre a UE e o subcontinente. A obra em questão apresenta algumas respostas e muitas pistas para estas e outras interrogações acerca da relação Brasil – EU – América do Sul, oferecendo subsídios importantes para a compreensão da política externa de cada um dos intervenientes e dos sentidos do vínculo triangular.

DAVID J. FRANCIS (ORG.), US STRATEGY IN AFRICA. AFRICOM, TERRORISM AND SECURITY CHALLENGES

Londres, Routledge, 2010, 224 pp.

A decisão da Administração Bush de criar um comando militar norte-americano específico para o continente africano (Africom), em 2007, suscitou grande controvérsia. Apesar de os Estados Unidos defenderem que o Africom representa uma estratégia de defesa a longo prazo, que conjuga a segurança e

o desenvolvimento socioeconómico, a ênfase na cooperação militar deu azo a inúmeras desconfianças quanto às reais intenções de Washington. Os seus críticos receiam o impacto daquilo que julgavam ser a progressiva militarização da política externa norte-americana na África e que o continente seja novamente transformado em palco de disputas entre potências, agora entre os Estados Unidos e a China.

O empenho de Washington e a intensidade das reacções surpreendeu e despertou a atenção da comunidade académica sobre o Africom. Com o propósito de esclarecer estas questões e fomentar o debate, o editor da obra em análise, David J. Francis, propôs uma abordagem holística ao objecto, que conjuga a opinião de intervenientes políticos e académicos. Reunindo autores com percursos tão diferentes como a secretária de Defesa adjunta dos Estados Unidos, Theresa Whelan, e o director do African Security Research Project, Daniel Volman – que se tem distinguido nas críticas feitas ao comando – a obra proporciona um conjunto de perspectivas distintas mas ao mesmo tempo complementares sobre o Africom.

O livro está dividido em duas partes. Na primeira, são analisados os antecedentes à criação do comando e o debate à volta da sua concepção, procurando compreender o seu significado geoestratégico e a crescente importância que o continente africano assume na agenda de defesa e de segurança dos Estados Unidos. A segunda parte diz respeito à reacção africana à iniciativa norte-americana, com especial atenção para as respostas locais face aos

desafios colocados no domínio da segurança e do desenvolvimento socioeconómico e para o impacto do comando militar na relação entre os Estados Unidos e a África.

Num momento em que a bibliografia existente sobre o Africom ainda é diminuta, a presente obra constitui uma mais-valia, e mesmo um título de referência para todos os interessados nas questões da segurança

e defesa, na política externa norte-americana e no futuro do continente africano. O mérito é dos autores e do editor que souberam congregar perspectivas tão diversas sobre o assunto num mesmo livro. O resultado é uma análise equilibrada do Africom que abrange o objecto na sua complexidade.

■ THIAGO CARVALHO